



PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO ESTÁGIO DE DIREITO

2022

INSTRUÇÕES

1. O CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA **OBJETIVA** e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA **DISCURSIVA** não poderão ser substituídos, portanto não os rasure nem amasse.
2. DURAÇÃO DA PROVA: **3 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA **OBJETIVA** e FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA **DISCURSIVA**.
3. Na prova objetiva há 25 questões de múltipla escolha, com quatro opções: A, B, C e D.
4. No CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA **OBJETIVA**, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
5. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
6. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
7. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, telefone, celular etc.). Os equipamentos deverão ser desligados e acondicionados em envelopes próprios.
8. Havendo necessidade de ausência da sala, solicite autorização do Fiscal de Sala.
9. Ao terminar as provas, chame o Fiscal de Sala mais próximo, entregue este CADERNO DE PROVA, o CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA **OBJETIVA** e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA **DISCURSIVA**.
10. A saída do local de prova só poderá ocorrer depois de decorrida **1 (uma) hora** do início da prova. A não observância dessa exigência acarretará sua exclusão do seletivo.
11. O candidato poderá levar o CADERNO DE PROVA somente depois de transcorridas pelo menos **02 horas** de início da prova.

| 01 | 02 | 03 | 04 |
|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| <input checked="" type="radio"/> | <input type="radio"/> A | <input type="radio"/> A | <input type="radio"/> A |
| <input type="radio"/> B | <input checked="" type="radio"/> | <input type="radio"/> B | <input type="radio"/> B |
| <input type="radio"/> C | <input type="radio"/> C | <input checked="" type="radio"/> | <input type="radio"/> C |
| <input type="radio"/> D | <input type="radio"/> D | <input type="radio"/> D | <input checked="" type="radio"/> |



PROVA OBJETIVA

DIREITO PENAL

01 - Acerca dos princípios constitucionais penais, é INCORRETO afirmar que:

- A) O princípio da legalidade veda a existência de crime sem lei que o defina e impede a existência de pena sem cominação legal.
- B) O princípio da anterioridade permite que o fato praticado anteriormente à vigência da lei penal que o define como crime seja punido.
- C) O princípio da legalidade ou da reserva legal impede a criação de crimes e a cominação de penas por medidas provisórias.
- D) O princípio da lesividade ou da exclusiva proteção de bens jurídicos impede que a lei consagre como crime fato que não acarrete lesão ou perigo de lesão a bem jurídico de terceiro.

02 - De acordo com o Código Penal, extingue-se a punibilidade, EXCETO:

- A) Pelo perdão judicial, em qualquer hipótese e desde que aceito.
- B) Pela morte do Agente.
- C) Pela anistia, graça ou indulto.
- D) Pela prescrição, decadência ou preempção.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

03 - Aos juízes federais compete processar e julgar, EXCETO:

- A) Os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.
- B) Os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.
- C) Os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o "exequatur", e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização.
- D) Em qualquer caso, os crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.

04 - Em relação ao inquérito policial, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Devem ser observados o contraditório e a ampla defesa.
- B) É um procedimento que dispensa o sigilo.
- C) Deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- D) É obrigatório, visando à colheita de elementos de convicção para o ajuizamento da ação penal.

05 - Quanto ao procedimento comum ordinário disciplinado no Código de Processo Penal, é CORRETO afirmar que:

- A) Oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias.
- B) Na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa.
- C) A parte não poderá desistir da inquirição das testemunhas que arrolar.
- D) O juiz que presidiu a instrução não poderá proferir a sentença.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

06 - Assinale a alternativa CORRETA:

“Com base no artigo 19 do Código de Processo Civil, o interesse do autor pode limitar-se à declaração”:



- A) Apenas de uma relação jurídica.
- B) Apenas do interesse.
- C) Da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica.
- D) Apenas da falsidade de documento

07 - No que se refere à jurisdição e ação, é INCORRETO afirmar:

- A) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- B) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- C) Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.
- D) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional e internacional.

08 - No que se refere à competência, é CORRETO afirmar:

- A) Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- B) A competência relativa poderá modificar-se somente pela continência.
- C) A citação torna prevento o juízo.
- D) A ação acessória poderá ser proposta em qualquer juízo.

09 - A respeito da competência, o Código de Processo Civil dispõe que:

- A) Como regra, nas ações de divórcio, é competente o foro do guardião do filho incapaz e, caso não haja filho incapaz, o foro do último domicílio do casal.
- B) É competente o foro de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, exceto aeronaves.
- C) É competente qualquer foro para a causa que verse sobre direito previsto no estatuto do idoso.
- D) É competente o foro do autor para ação de reparação de dano.

10 - Sobre nulidade de atos processuais, é CORRETO afirmar que:

- A) Se verifica independentemente da existência de prejuízo.
- B) O juiz não pronunciará a nulidade quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade.
- C) Pode ser alegada, em regra, em qualquer momento, não estando sujeita a preclusão.
- D) O erro de forma invalida o ato ainda que possa ser aproveitado sem prejuízo à defesa das partes.

11 - A respeito da disciplina dos prazos processuais, é CORRETO afirmar que:

- A) Interrompem-se os prazos durante a execução de programa instituído pelo Poder Judiciário para promover a autocomposição, incumbindo aos tribunais especificar, com antecedência, a duração dos trabalhos.
- B) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em quádruplo os prazos para contestar e em dobro para recorrer, independentemente de requerimento.
- C) Ao juiz é permitido reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.
- D) O juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar os prazos por até 2 (dois) meses.

12 - É CORRETO afirmar que não cabe mandado de segurança quando se tratar:

- A) de decisão judicial transitada em julgado.
- B) de decisão judicial passível de recurso sem efeito suspensivo.
- C) de ato do qual caiba recurso administrativo sem efeito suspensivo mediante caução.
- D) de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo mediante caução.



DIREITO CONSTITUCIONAL

13 - Quando a Constituição Federal estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)”, faz referência direta ao princípio da Isonomia. Sobre o referido princípio, é CORRETO afirmar:

- A) Por sua natureza, o princípio da isonomia veda qualquer tratamento discriminatório entre indivíduos, mesmo nos casos em que há razoabilidade para a discriminação.
- B) Em decorrência do princípio da isonomia, que impõe o tratamento desigual para aqueles que se encontram em situação de desigualdade, considera-se constitucional a adoção de ações afirmativas, como, por exemplo, o sistema de cotas.
- C) O princípio da isonomia é dirigido apenas ao aplicador da lei, não vinculando o legislador.
- D) Diante do princípio da separação de poderes, o Poder Judiciário não pode determinar ao Poder Executivo a adoção de políticas públicas, mesmo que estas se destinem a promover a igualdade material.

14 - Em 08/06/2020, a Rede Sustentabilidade, o PCdoB e o PSol ajuizaram no STF Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 690/DF), na qual restou consignada a tese de que era necessária a manutenção da divulgação integral dos dados epidemiológicos relativos à pandemia da Covid-19.

Considerando o caso apresentado e as regras que disciplinam o controle de constitucionalidade realizado por meio de ADPF, é CORRETO afirmar:

- A) A ADPF é uma ação de controle difuso de constitucionalidade.
- B) A ADPF 690/DF não deveria ter sido acolhida, visto que partidos políticos não possuem legitimidade para propositura desse tipo de ação.
- C) A decisão em ADPF tem eficácia “erga omnes”, ou seja, tem eficácia contra todos, e não apenas em relação aos que são partes no processo.
- D) Para ser julgada procedente a ADPF, é necessário o voto da maioria simples do plenário da Suprema Corte.

15 - José, no intuito de participar de programa de renda promovido pelo Município X, dirigiu-se à Secretaria de Assistência Social e solicitou acesso ao seu cadastro. Nesse contexto, verificou que seus dados estavam registrados de forma incorreta, principalmente em relação à sua condição de desempregado, o que o impedia de participar do programa pleiteado.

Ao solicitar a alteração dos dados cadastrais, foi informado que, devido à grande quantidade de requerimentos já existentes, o seu pedido não poderia ser atendido. Por entender que a decisão era manifestamente ilegal, havendo prova pré-constituída de sua existência, decidiu judicializar a questão.

A ação constitucional a ser manejada por José para defender o seu direito é:

- A) Mandado de segurança
- B) Mandado de Injunção
- C) Mandado de segurança ou habeas data, conforme livre escolha de José.
- D) Habeas data

16 - Assinale a alternativa que NÃO apresenta órgão integrante do Poder Judiciário:

- A) Superior Tribunal de Justiça Desportiva
- B) Tribunal Regional Federal
- C) Conselho Nacional de Justiça
- D) Superior Tribunal Militar

17 - Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, analise as afirmações a seguir:

I - Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.



II - Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente

III - Todos têm assegurado o direito à obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, desde que paguem as taxas correspondentes à sua emissão.

Estão CORRETOS os itens:

- A) I, II e III
- B) II e III
- C) I e II
- D) Somente II

18 - Em relação aos atos jurisdicionais, uma das espécies de atos do juiz que não demanda fundamentação, sem que resulte em violação da garantia do art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, corresponde a:

- A) decisões interlocutórias simples
- B) sentenças
- C) despachos
- D) decisões interlocutórias mistas

19 - A Constituição Federal tem como regra a vedação à acumulação remunerada de cargos públicos, todavia, traz algumas hipóteses como exceção, desde que haja compatibilidade de horários. Com base nessa informação, assinale a alternativa que traz um exemplo de possibilidade de acúmulo de cargos permitida em nosso ordenamento:

- A) Acúmulo de um cargo de técnico judiciário no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins com um cargo de auxiliar administrativo na Prefeitura de Gurupi-TO.
- B) Acúmulo de um cargo de enfermeiro no Hospital Geral de Gurupi com um cargo de técnico do Seguro Social no INSS.
- C) Acúmulo de um cargo de professor na Fundação UNIRG com um de Engenheiro Civil no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.
- D) Acúmulo de um cargo de técnico em enfermagem no Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins com um cargo de auxiliar administrativo na Prefeitura de Gurupi-TO.

DIREITO ADMINISTRATIVO

20 - Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Segundo o art. 37, caput, da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, isonomia, moralidade, publicidade e eficácia.
- B) Dado o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, é possível à administração pública, mediante portaria, impor vedações ou criar obrigações aos administrados.
- C) O princípio da supremacia do interesse público significa sua prevalência, inclusive, sobre direitos subjetivos, razão pela qual o interesse público secundário desfruta de supremacia abstrata em face do interesse particular.
- D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, no exercício, causarem a terceiros.

21 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Os Estados-membros e Municípios compõem a administração direta.
- B) A administração pública em sentido estrito compreende os órgãos administrativos e governamentais que desempenhem as funções administrativa e política.

CANDIDATO(A):
INSCRIÇÃO: CPF: IDENTIDADE:



- C) Conselhos de classe são criados por lei e constituem autarquias públicas federais.
- D) Empresa pública e Sociedade de Economia Mista compõem o conceito de empresas estatais, sendo que a função de explorar atividade econômica pelo Estado será exercida pelas estatais e suas subsidiárias.

22 - Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Os pagamentos decorrentes de sentença judiciária devidos pelas fazendas públicas serão feitos, exclusivamente na ordem cronológica de apresentação, permitida a designação de casos ou pessoas nas dotações orçamentárias.
- B) Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, sem exceção.
- C) É permitido o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total de requisição de pequeno valor.
- D) As requisições de pequeno valor (RPV) federais têm por teto de valor em sessenta salários-mínimos. As RPV de entes estaduais e municipais, em regra, possuem o teto em quarenta e trinta salários-mínimos, respectivamente.

DIREITO TRIBUTÁRIO

23 - De acordo com o Código Tributário Nacional, entre outras hipóteses, extinguem o crédito tributário:

- A) a compensação;
- B) a transação;
- C) a remissão;
- D) todas as alternativas acima.

24 - De acordo com o CTN:

- A) Excluem o crédito tributário: a isenção e a anistia.
- B) A exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.
- C) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria e aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- D) É permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar imposto sobre templos de qualquer culto.

25 - Marque a alternativa CORRETA:

- A) Os tributos são impostos, taxas, tarifas e contribuições de melhoria.
- B) O imposto, de competência dos municípios, sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localização fora da zona urbana do Município.
- C) A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idêntico aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.
- D) A União, em nenhuma hipótese, pode instituir, temporariamente, impostos extraordinários compreendidos ou não entre os referidos nesta Lei, suprimidos, gradativamente, no prazo máximo de cinco anos, contados da celebração da paz.



PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **40 (quarenta) linhas** será desconsiderado.
- É vedada qualquer identificação na folha de texto definitivo, pois não será avaliado o texto que apresentar qualquer assinatura ou marca identificadora.

“a liberdade de expressão é inerente à democracia, não só enquanto direito de ser ouvido, mas, também, enquanto direito de ouvir o que os outros têm a dizer.”(José Levi Mello do Amaral Júnior in . O Poder Legislativo na democracia contemporânea: a função de controle político dos parlamentos na democracia contemporânea. Revista de informação legislativa, v. 42, n. 168, p. 7-11, out./dez. 2005. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/905>. Acesso em: 14 de junho de 2019. p. 11).

“...o direito à informação deve ser compreendido na materialização da liberdade de expressão propriamente dita. Isto é, significa que assegurar a livre manifestação do indivíduo também diz respeito a garantir uma livre informatização coletiva, garantindo que o espaço de intercâmbio de pensamentos e notícias seja validado pela autenticidade das informações”. (LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DIREITO À INFORMAÇÃO: o papel da educação no exercício da democracia informativa e no combate à desinformação autora: TATIANA TOMIE ONUMA).

Considerando os textos acima, discorra sobre o princípio constitucional da liberdade de expressão enfrentando dentre outros pontos necessariamente os seguintes:

- 1. Liberdade de expressão e seus limites;**
- 2. Liberdade e responsabilização legal; e**
- 3. Liberdade de expressão e disseminação dolosa de notícias falsas (fake News).**



RASCUNHO

Blank lined area for writing the draft (RASCUNHO).

CANDIDATO(A):
INSCRIÇÃO: CPF: IDENTIDADE: